



A fome como projeto e a destruição das comunidades indígenas

Hunger as a project and the destruction of indigenous communities

Marina Gusmão de Mendonça; Unifesp; mgmendonca@unifesp.br

RESUMO: A fome acompanha a história do Brasil desde 1500. Estendeu-se pelo período colonial e pelo Império, e manteve-se na República. Assim, um país com a quinta extensão territorial e a sexta maior população do planeta, riquíssimo em recursos naturais, assiste impassível à recorrência periódica da fome, sem que políticas efetivas e eficientes sejam de fato adotadas. Somente entre de 2003 e 2016 o flagelo parecia ter sido ultrapassado, levando a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) a informar, em seu relatório de 2014, que o Brasil cumprira as metas de diminuir pela metade a parcela de sua população que padecia de fome. Mas a reversão dessa conquista se deu rapidamente, a partir de 2016, com a implantação de uma pauta ultraneoliberal, que levou à piora de todos os indicadores sociais. E se agravou durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que conduziu o país a uma tragédia humanitária, com cerca de 700 mil mortos por Covid-19, 33 milhões de pessoas passando fome, 125 milhões de indivíduos em estado de insegurança alimentar e a quase dizimação do povo Yanomami. Palavras-chave: Brasil; Pobreza; Fome; Insegurança Alimentar

ABSTRACT: Hunger has accompanied the history of Brazil since 1500. It extended through the colonial period and the Empire, and remained in the Republic. Thus, a country with the fifth largest territorial extension and the sixth largest population on the planet, very rich in natural resources, impassively watches the periodic recurrence of hunger, without effective and efficient policies being actually adopted. Only between 2003 and 2016 did the scourge seem to have been overcome, leading the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) to inform, in its 2014 report, that Brazil had met the targets of halving the share of its population who was suffering from hunger. But the reversal of this achievement took place quickly, from 2016, with the implementation of an ultraneoliberal agenda, which led to the worsening of all social indicators. And it got worse during the government of Jair Bolsonaro (2019-2022), which led the country to a humanitarian tragedy, with about 700,000 dead from Covid-19, 33 million people going hungry, 125 million individuals in a state of insecurity food and the near decimation of the Yanomami people.

Keywords: Brazil; Poverty; Hungry; Pandemic; Food Insecurity



Introdução

A fome acompanha a evolução histórica brasileira desde 1500. Atravessou o período colonial e manteve-se durante o Império, chegando ao ápice na grande seca de 1876-1879, que devastou o Nordeste do país e produziu entre 500 mil e 1 milhão de mortos (DAVIS, 2002, p. 17). O fenômeno se repetiu no início da República, entre 1896 e 1900, quando novamente cerca de 1 milhão de pessoas pereceram (DAVIS, 2002, p. 17). Desde então, surtos de fome assolam o Brasil (TAVARES, 2017), sem que os governos que se sucedem tomem medidas para evitar a tragédia. Ações paliativas são frequentemente anunciadas, mas nada de definitivo é realmente feito.

Assim, um país com a quinta extensão territorial do mundo¹, a sexta maior população do planeta² (VALOR INVESTE, 28/12/2022), e riquíssimo em recursos naturais, o que lhe permite ser o principal exportador de alimentos (OMC, 2021, p. 69) e ter se consolidado como o maior exportador líquido de produtos agropecuários no planeta (MOREIRA, 29/11/2020), assiste impassível à recorrência periódica da fome. Somente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016, foram tomadas medidas mais efetivas para enfrentar o flagelo. O resultado viria em 2014, quando o relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), informou que o Brasil cumprira as metas de diminuir pela metade a parcela de sua população que padecia de fome, pois, entre 2002 e 2013, o país reduziu em 82% a população em estado de subalimentação (FAO, 2014). Mas a reversão dessa conquista se deu rapidamente, a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), com a implantação de uma pauta ultraneoliberal, que levou à piora de todos os indicadores sociais. E se agravou durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que conduziu o país a uma tragédia humanitária, com cerca de 700 mil mortos por Covid-19, 33 milhões de pessoas passando fome, 125 milhões de indivíduos em estado de insegurança alimentar e a quase dizimação do povo Yanomami.

¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 8.547.403 km² (IBGE, 5/4/2022).

² No dia 28 de dezembro de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma prévia do Censo 2022, indicando que a população brasileira é de cerca de 207.750.000 pessoas (VALOR INVESTE, 28/12/2022).



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

Como bem apontado no relatório *Efeitos da pandemia na alimentação e na situação de segurança alimentar no Brasil*, de 2021,

Este período é marcado por mudanças na agenda pública, baseadas na flexibilização e depreciação de direitos sociais consagrados [...] e no sistemático enfraquecimento de políticas e programas voltados à diminuição das desigualdades sociais [...], sob a justificativa da austeridade fiscal. A crise política também afetou a agenda da alimentação por meio do enfraquecimento da estrutura institucional e de importantes políticas de promoção da produção da agricultura familiar, que se expressa no fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016) e no baixo investimento no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (PORTAL DO GOVERNO BRASILEIRO, 30/12/2021) (GALINDO et al., 2021, p. 3).

Essas mudanças teriam efeitos extremamente danosos no que diz respeito ao emprego, à renda, ao aumento da pobreza e, conseqüentemente, às condições de segurança alimentar da população.

Neste texto, procuraremos apontar os elementos que propiciaram a vitória contra a fome e as políticas adotadas a partir de 2016, que levaram à reversão das condições existentes em 2014, conduzindo à situação atual, que condena cerca de 33 milhões de brasileiros a não ter condições de comer, e mantém mais de 125 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar. Além disso, buscaremos indicar também os elementos que mostram ter sido este um projeto de extermínio de parte da população brasileira, especialmente, dos povos originários, levado a cabo pelo governo Bolsonaro.

A reversão das políticas de combate à fome a partir de 2016

No relatório de 2014, a FAO aponta os fatores que contribuíram para que o Brasil pudesse sair do mapa da fome (BRASIL, 16/9/2014): 1) aumento da oferta de alimentos, o que permitiu que em 10 anos a disponibilidade de calorias para a população aumentasse 10%; 2) elevação da renda dos mais pobres, a partir do aumento de 71,5% do salário mínimo e da criação de 21 milhões de empregos; 3) o Programa Bolsa Família, que passou a beneficiar 14 milhões de famílias; 4) o programa da Merenda Escolar, que proporcionou refeições para 43 milhões de crianças e jovens; 5) a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); 6) estabelecimento de prioridades políticas e orçamentárias em relação às necessidades; e



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

7) fortalecimento da agricultura familiar por meio de créditos e compras públicas (CAMPELLO, 19/7/2021).

Todas essas medidas tiveram impactos importantíssimos para os resultados apontados no relatório da FAO de 2014. Mas, conforme salientado, o desmonte das políticas voltadas para o aumento do emprego e da renda da população e, conseqüentemente, para o combate à fome no país começaram a ser revertidas durante o governo de Michel Temer, como é o caso do fim da política de aumento real do salário mínimo, implantada a partir de 2017 em nome de uma suposta austeridade fiscal (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 12/1/2017).

Do mesmo modo, a reforma trabalhista, aprovada em 2017, não levou ao aumento do emprego, reduziu os salários médios e jogou milhões de trabalhadores na informalidade (SENADO NOTÍCIAS, 2/5/2019). Por fim, sob a alegação de necessidade de controle fiscal, a promulgação da chamada PEC do Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016) instituiu a limitação dos gastos públicos por 20 anos (SENADO NOTÍCIAS, 15/12/2016). Dessa forma, os gastos orçamentários passaram a ser corrigidos exclusivamente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano anterior, desconsiderando emergências sanitárias, desastres naturais e até mesmo o crescimento vegetativo da população.

O resultado seria o aumento exponencial da taxa de desocupação que, se em dezembro de 2014 estava em 6,5%, passou para 8,9% em dezembro do ano seguinte, para 11,2% em maio de 2016 (quando se deu o afastamento de Dilma Rousseff), e para 11,6% ao final do mandato de Michel Temer (IBGE, 24/5/2021).

O aumento da pobreza e o desmonte das políticas de combate à fome no governo Jair Bolsonaro

Os índices acima continuaram a subir com a posse de Bolsonaro, atingindo 12,7% em março de 2019. Caíram um pouco ao longo do ano, e no início da pandemia de Covid-19, em março de 2020, estava em 12,2%, mas ao final do ano chegou a 13,9%. Finalmente, 12 meses depois, o nível de desocupação afetava 14,7% da população economicamente ativa (IBGE, 24/5/2021).



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

A partir de então, a taxa de desemprego caiu lentamente: para 14,8% (abril/2021), 14,7% (maio/2021), 14,2% (junho/2021), 13,7% (julho/2021), 13,1% (agosto/2021), 12,6% (setembro/2021), 12,1% (outubro/2021), 11,6% (novembro/2021), 11,1% (dezembro/2021), subindo novamente para 11,2% (janeiro/2022), índice que se manteve em fevereiro (IBGE, 10/4/2022). Em março o índice baixou novamente para 11,1% (VIEIRA, 29/4/2022). Ou seja: somente no início de 2022 – portanto, quase seis anos após o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República - a taxa de desocupação voltou ao mesmo patamar de maio de 2016.

Também a pobreza extrema aumentou 2% entre 2014 e 2019, atingindo neste ano cerca de 13,7 milhões de brasileiros (FOLHA DE S. PAULO, 12/11/2020), o que só tendeu a piorar com o início da pandemia e o agravamento da crise econômica. O resultado foi a redução do número de pessoas que mantinha algum rendimento do trabalho, de 92,8 milhões para 84,7 milhões (CARDIM, LIMA, 20/11/2021). Além disso, o rendimento médio mensal real dos trabalhadores caiu 3,4% em 2020. Naquele ano, cerca de 8,1 milhões de pessoas deixaram de ter algum ganho proveniente do trabalho (CARDIM, LIMA, 20/11/2021).

Em 2015, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial (BIRD) considerou o valor de US\$ 5,50/dia/pessoa para o limite da pobreza, e de US\$ 1,90/dia/pessoa para a extrema pobreza. O chamado Auxílio Emergencial diminuiria um pouco o impacto da crise nas condições de sobrevivência da população, mas não foi capaz de reverter o quadro de agravamento da miséria. Dessa forma, o número de pessoas que, de acordo com a nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), recebiam *outros rendimentos* cresceu de 16,4 milhões, em 2019, para 30,2 milhões, em 2020. Considerando-se o número de domicílios beneficiados por algum valor oriundo de programas sociais, o índice subiu de 0,7%, em 2019, para 23,7%, em 2020 (IBGE, 23/4/2022).

O Auxílio Emergencial, criado pela Lei 13.982/2020, começou a ser pago em abril daquele ano, em até 9 parcelas, sendo as 5 primeiras de R\$ 600,00 (correspondentes aproximadamente a US\$ 3,66/dia), e as quatro últimas de R\$ 300,00 (cerca de US\$ 1,93/dia) (ISTOÉ DINHEIRO, 27/11/2020). Tendo em vista que se



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

destinava a famílias inteiras, o valor era muito inferior àquilo que o BIRD considera como o limite da extrema pobreza (ONU NEWS, 5/10/2015). O compromisso de pagamento por parte do governo se encerrou em 31 de dezembro de 2020. Somente em março de 2021 foi editada a Medida Provisória nº 1.039, que recriou o Auxílio Emergencial, mas limitado ao máximo de R\$ 250,00 (aproximadamente US\$ 1,48/dia) (DOU, 18/3/2021), isto é, muito abaixo daquilo que o BIRD considera a linha da pobreza extrema.

Ademais, em 29 de outubro de 2021 foi feito o pagamento da última parcela do Bolsa Família. O programa, criado pela Lei 10.835, de janeiro de 2004, foi extinto a partir de 1º de novembro de 2021 pelo governo Bolsonaro, que o substituiu pelo Auxílio Brasil, resultante da edição da Medida Provisória nº 1.061, e com duração limitada a 31 de dezembro de 2022 (CARTA, 29/10/2021). Do mesmo modo, o governo também eliminou o Auxílio Emergencial, e seus beneficiários não foram incluídos no Auxílio Brasil. Isto significa que mais de 22 milhões de pessoas permaneceriam sem qualquer ajuda do governo, num cenário de crise econômica e sanitária (G1 ECONOMIA, 26/10/2021). O resultado foi a queda de 9,7% da renda média do brasileiro entre novembro de 2020 e janeiro de 2022, mesmo com a redução do desemprego. De acordo com Adriana Beringuy, coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, “*embora haja expansão da ocupação e mais pessoas trabalhando, isso não está se revertendo em crescimento do rendimento dos trabalhadores em geral*” (MALAR, 18/3/2022).

Os efeitos do desmonte das políticas sociais na segurança alimentar da população

Esses dados apontam para uma situação gravíssima, em que a fome ou a insegurança alimentar passaram a atingir milhões de pessoas em todo o Brasil, principalmente a partir de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a existência de uma pandemia. O resultado não poderia ser outro. De fato, de acordo com os resultados referentes a 2020, apresentados no *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil*, os efeitos pandemia atingiram em cheio as condições de vida, trabalho e alimentação em todo o Brasil (MALUF, 2021).



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

Em termos comparativos, o relatório mostra que a insegurança alimentar grave, que havia caído de 9,5% em 2004 para 4,2% em 2013, passou para 9% em 2020. Já os dados relativos à insegurança alimentar moderada são de 12%, 6,1% e 11,5%, respectivamente. Por fim, no que se refere à insegurança alimentar leve, os números apresentados são muito mais significativos: 13,8%, 12,6% e 34,7%, respectivamente (MALUF, 2021, p. 49).

De acordo com o relatório apresentado pela *Food for Justice*, essa piora se deveu às restrições orçamentárias e aos retrocessos institucionais verificados a partir de 2016 e agravados no governo Bolsonaro, como são os casos da extinção do CONSEA, a inoperância da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), e a falta do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), que estabelece o planejamento e a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), provocando o agravamento das condições de segurança alimentar da população no contexto da pandemia (GALINDO et al., 2021, p. 4).

Some-se a isto a questão da inflação de alimentos, que atinge profundamente a população mais pobre. A esse respeito, é preciso considerar, primeiramente, que este é um fenômeno mundial, como se verifica dos dados divulgados pela FAO em novembro de 2021, que apontavam para o fato de o preço dos alimentos ser o mais alto dos últimos 10 anos, atingindo um aumento de 31,3% em relação a outubro de 2020 (CNN BRASIL, 4/11/2021).

Saliente-se que, no caso brasileiro, o problema se acentua, pois os preços dos alimentos têm sido gravemente afetados pela alta dos preços como um todo desde 2020 (GALINDO et al., 2021; AGÊNCIA BRASIL, 11/1/2022), com impacto mais forte no setor de transportes, na habitação e nos alimentos, que correspondem à maior parte da composição do IPCA. O índice continuou a se elevar em 2022, atingindo 1,62% em março, o maior índice para este mês desde 1994, chegando a 3,2% somente no primeiro trimestre do ano, e 11,3% nos 12 meses imediatamente anteriores. Os principais impactos foram: transportes (3,02%) e alimentos e bebidas (2,42%), preços que representam cerca de 43% no cálculo mensal do IPCA (ALVARENGA, 8/4/2022). No caso dos alimentos, alguns itens básicos tiveram aumentos exponenciais, tais como



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

tomate (27,22%), cenoura (31,47%), leite longa vida (9,34%), óleo de soja (8,99%), frutas (6,39%) e pão francês (2,97%). E no mês seguinte, o fenômeno se repetiu (VIEIRA, 27/4/2022).

Evidentemente, o efeito desse aumento é maior entre os mais pobres, para quem os gastos com alimentação consomem 20,94% da renda, chegando a 23,84% para as famílias que vivem com no máximo cinco salários mínimos. De fato, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2021, também calculado pelo IBGE, e que aponta os preços pagos pelas famílias mais pobres, atingiu 10,16% em 2021 (AGÊNCIA BRASIL, 11/1/2022). A elevação dos preços continuou em 2022. Em março, o aumento foi de 1,71% em relação ao mês anterior, sendo que os itens que mais impactaram o índice foram alimentos e bebidas (2,39%), habitação (1,24%) e transportes (3,01%) (IBGE, 8/4/2022).

Note-se também que os aumentos explosivos não se restringem aos alimentos, pois, de outubro de 2020 a outubro de 2021 houve elevação dos preços de vários itens essenciais, tais como: botijão de gás (34,67%); energia elétrica (28,82%), gás encanado (20,36%), artigos de limpeza (6,36%) e aluguel (5,42%) (COSTA, 31/10/2021). E somente em março de 2022, o botijão de gás teve aumento de 6,75%. Em contrapartida, os reajustes do salário mínimo foram muito inferiores aos da inflação. Assim, se em janeiro de 2019 era de R\$ 998,00, passou a R\$ 1.045,00 em janeiro de 2020, R\$ 1.100,00 doze meses depois, e R\$ 1.212,00 em janeiro de 2022 (G1 ECONOMIA, 27/4/2022). Diante desses dados, é preciso assinalar que, embora em moeda nacional tenha havido aumentos no salário mínimo em relação aos anos anteriores (4,7%, 5,26% e 10,18%, respectivamente), quando calculado em dólar, ocorreu estabilidade entre 2019 e 2020, e queda significativa em 2021, patamar em que se manteve em 2022, passando de US\$ 259,22, para US\$ 259,95, para US\$ 213,17 e para US\$ 215,27, respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 27/4/2022).

Ao mesmo tempo, o preço da cesta básica na cidade de São Paulo subiu de R\$ 467,65 em janeiro de 2019 (46,85% do salário mínimo), para R\$ 517,51 doze meses depois (49,52% do salário mínimo), para R\$ 654,15 em janeiro de 2021 (59,46% do salário mínimo), atingindo, em setembro de 2021, R\$ 673,45 (61,22% do salário mínimo) (DIEESE, 6/10/2021). Com a aceleração da inflação, a cesta básica em São



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

Paulo chegou a R\$ 761,19, em março de 2022 (elevação de 6,36% em relação ao mês anterior), o que corresponde a 62,8% do salário mínimo (DIEESE, 6/4/2022).

Acrescente-se a isto a informação divulgada pela LCA Consultores, com base em indicadores trimestrais obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE. Segundo os dados apresentados, no final de 2021, 33,8 milhões de trabalhadores, ou seja, 36% do total de ocupados, tinham uma renda mensal de, no máximo, um salário mínimo, ou seja, 4,4 milhões de pessoas a mais nesta situação em apenas um ano (BRASIL 247, 19/4/2022).

O desmonte das instituições voltadas para a segurança alimentar, que tem levado ao aumento dos preços dos alimentos, foi agravado pela política de preços adotada pela Petrobras S/A. desde o governo de Michel Temer, e mantida pelo governo de Jair Bolsonaro (JAGER, 24/9/2021). Por outro lado, a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, provocaria um choque nos preços do petróleo. Este, que valia US\$ 96,84 antes da operação militar, imediatamente se elevou, atingindo o pico de US\$ 130,00 em 8 de março de 2022 (FERRARI, 8/3/2022). Caiu um pouco em decorrência de diversas medidas tomadas pelos países produtores e exportadores, mas a tendência parece ser a manutenção de preços muito elevados, o que terá impactos sobre o valor dos combustíveis no Brasil e, conseqüentemente, dos alimentos.

Mas além da elevação do preço do petróleo, que tem impacto em todas as cadeias produtivas, haverá outras conseqüências da guerra em relação aos alimentos. Conforme ressaltou José Eustáquio Diniz Alves,

a guerra (...) ameaça o abastecimento global de alimentos. A Ucrânia e a Rússia são os principais exportadores de alguns dos alimentos mais básicos do mundo, representando juntos cerca de 29% das exportações globais de trigo, 19% da oferta mundial de milho e 80% das exportações mundiais de óleo de girassol. Mas a Rússia também exporta nutrientes agrícolas, bem como gás natural, que é fundamental para a produção de fertilizantes à base de nitrogênio. Cerca de 25% do suprimento europeu dos principais nutrientes das culturas, nitrogênio, potássio e fosfato, vêm da Rússia. Portanto, com as condições geopolíticas desarticuladas, as maiores fontes de matéria-prima para a produção de alimentos estão sujeitas a limitações e não há alternativa de curto prazo (ALVES, 8/4/2022).

O resultado de tudo isso não poderia ser outro. Nas últimas semanas de julho de 2021, jornais e portais da Internet noticiaram um fato aterrador: a formação de uma imensa fila na rua lateral do Atacadão da Carne, em Cuiabá, capital do Mato



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

Grosso, em que pessoas esperavam sob o sol até que, às 11 horas da manhã, um funcionário iniciasse a distribuição daquilo que sobrou da desossa do boi. Por outro lado, supermercados passaram a oferecer opções mais baratas para substituir o arroz e o feijão, como “fragmentos de arroz” ou “bandinhas de feijão” (MARCEL, 25/7/2021).

Mas como se essa degradação não fosse suficiente, o que parecia impensável aconteceu: de um lado, açougues e peixarias viram na tragédia mais uma oportunidade de lucro, passando a vender aos famintos ossos de boi (DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO, 6/10/2021) e carcaças de peixe (BRASIL 247, 6/10/2021). De outra parte, cresceu de maneira assustadora o número de queimaduras, muitas vezes fatais, provocadas pelo fato de que milhares de famílias passaram a cozinhar com álcool (CONTAIFER, 6/2/2022), tendo em vista o aumento do preço do botijão de gás (GERCINA, 13/3/2022).

E isso não é tudo, pois, de janeiro de 2019 a novembro 2021, mais de 7 mil crianças morreram de desnutrição no Brasil (DIAS, 15/11/2021). Acrescente-se ao quadro o fato de que professores da rede pública de ensino têm relatado episódios estarrecedores, como aquele que se deu com uma aluna que desmaiou de fome numa escola do Rio de Janeiro, além de casos em que estudantes normalmente calmos têm tido atitudes de extrema agressividade porque não estão suportando a fome. Evidentemente, esta situação provoca danos irreparáveis no aprendizado, o que tende a se agravar pela evasão escolar, pois muitos alunos têm abandonado os estudos para tentarem obter algum trabalho que lhes permita ajudar no sustento da casa (CARRANÇA, 17/11/2021).

Diante de toda essa catástrofe, médicos têm alertado para o fato de que uma alimentação de má qualidade ou insuficiente fragiliza o sistema imunológico, deixando 33 milhões de brasileiros famintos e mais de quase 125 milhões que sofrem de insegurança alimentar mais vulneráveis ao vírus Sars-CoV-2, responsável pela Covid-19, e a outras doenças infecto-contagiosas.

Mas não é só: no caso das crianças, a fome ou uma alimentação inadequada e insuficiente terão consequências para toda a vida, conforme lembrou José Graziano da Silva, ex-diretor da FAO, *“crianças que passam fome antes dos 5 anos, se sobreviverem, levarão a marca da desnutrição para o resto da vida, não terão*



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

desenvolvimento intelectual e motor normal. Estamos, portanto, condenando o futuro de milhões de brasileiros” (Apud BENEVIDES, COMPARATO, 10/12/2021).

A ironia – e por que não dizer? – a perversidade dessa política de desmonte fica ainda mais evidente se considerarmos a declaração feita por Jair Bolsonaro, em 19 de julho de 2019. Segundo o presidente,

o Brasil é um país rico para praticamente qualquer plantio. Fora que passar fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem, aí eu concordo. Agora, passar fome, não. Você não vê gente, mesmo pobre, pelas ruas, com físico esquelético, como a gente vê em alguns países pelo mundo. Falar que se passa fome no Brasil é discurso populista, tentando ganhar simpatia popular, nada além disso (O GLOBO, 19/7/2019).

Contudo, não foi isso o que se viu no dia 21 de janeiro de 2023, poucas semanas após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no seu terceiro mandato. Pelo contrário. O que ficou evidente foi um verdadeiro genocídio do povo Yanomami, que simplesmente estava sendo exterminado pela fome, pela malária e pela contaminação por mercúrio, utilizado por garimpeiros que passaram a explorar ilegalmente as terras indígenas sob a complacência dos governos implantados desde 2016.

A fome como método de extermínio

A exploração da região hoje considerada como Terra Indígena Yanomami, localizada entre os estados de Amazonas e Roraima começou a ser feita na década de 1940, intensificando-se no decênio de 1970. Com uma área de 5.015.067 km² (58,93% do território nacional) e uma população rarefeita - 7 milhões de habitantes em 1970, ou seja, 7,4% do total do país na época -, a Amazônia se tornou objeto de preocupação e interesse dos militares desde o golpe de 1964. Nesse sentido, uma das primeiras medidas tomadas pelo governo ditatorial em relação à região foi a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em fevereiro de 1967.

Em 1970, com o objetivo de pesquisar os recursos naturais da região, foi criado o Projeto RADAM – Radar da Amazônia, organizado pelo Ministério das Minas



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

e Energia (MME) e desenvolvido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com recursos do Plano de Integração Nacional. Em 1975 o projeto foi ampliado, transformando-se no RADAM Brasil.

O relatório divulgado apontou a existência de grande quantidade de ouro na região hoje conhecida como Terra Indígena Yanomami (TIY), o que imediatamente atraiu a atenção de garimpeiros. Assim, ao longo da década de 1980 e no início do decênio seguinte, a área foi ocupada por milhares de aventureiros, o que gerou uma crise social e sanitária entre os indígenas. Diante da gravidade da situação houve protestos internacionais (RUPP, 24/1/2023), levando os constituintes eleitos em 1986 a decidirem pela proteção de territórios em favor de povos originários.

A respeito da criação da TIY, as discussões sobre as medidas a serem tomadas começaram ainda no governo de José Sarney (1985-1990), mas foi só em 1992, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), que a área foi demarcada³. Com a participação da Polícia Federal (PF) e do Exército, pistas de pouso clandestinas que permitiam a chegada de garimpeiros foram explodidas. Mas, segundo o indigenista Sidney Possuelo, na época presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), “*a estratégia não deu certo, porque as pistas se recompunham rapidamente e os garimpeiros voltavam*” (Apud RUPP, 24/1/2023).

Possuelo assumiu, então, os trabalhos, começando pelo mapeamento do número de garimpeiros presentes na região (entre 40 mil e 45 mil), que utilizavam cerca de mil balsas e promoveram a contaminação geral dos rios com mercúrio. Em resposta, a FUNAI passou a impedir a chegada de combustível e alimentos para os garimpeiros, por meio do bloqueio do espaço aéreo pela Força Aérea Brasileira (FAB) e do controle, pela PF, dos postos de abastecimento das cidades próximas (RUPP, 24/1/2023). De acordo com Possuelo,

Houve tiroteio, agentes da Funai mortos, policiais federais feridos. Mas foi assim que tiramos praticamente todos os garimpeiros. Ficou um resíduo de 1.200, que se espalharam pela selva, e era quase impossível retirá-los, por causa da extensão do território (Apud RUPP, 24/1/2023).

³ A Terra Indígena Yanomami, demarcada em 1992, abrange 96.650 k² de área dos estados de Amazonas e Roraima. A população é calculada em 26 mil indígenas, divididos em 228 comunidades (NETO, 2/2/2023).



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

Durante a década de 1990, com o aumento das preocupações da comunidade internacional em relação às questões ambientais, os garimpeiros foram mantidos relativamente distantes da região. No entanto, a retirada das medidas de proteção da área levou, com o tempo, ao retorno gradativo dessas pessoas.

Com a crise mundial de 2007/2008 e a elevação do preço internacional do ouro, uma nova corrida pelo metal começou a se desenhar. Mas foi razoavelmente contida por algumas ações da FUNAI em parceria com a Polícia Ambiental e o Exército. Contudo, a partir do golpe de 2016 e o progressivo desmonte das instituições voltadas para a proteção ambiental, a corrida recrudescceu (MACHADO et al., 2/2/2021).

Por outro lado, grandes empresas passaram a se interessar pela possibilidade de obtenção de lucros com a mineração naquela região, inclusive algumas dirigidas por facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho, que têm interesses ligados ao tráfico de drogas e ao garimpo. Conforme salientaram Ana Maria Machado, Daniel Jabra, Estêvão Senra e Majol Gongora,

Na nova estrutura de exploração que prevalece desde o final da década de 2010, o garimpo está longe de ser a mera reunião de pessoas desesperadas em busca de uma alternativa econômica para a sua sobrevivência. (...) As investigações (...) têm demonstrado que a base do garimpo mudou, sendo hoje uma atividade que demanda altos investimentos e, portanto, é organizada por um grupo de empresários regionais, com ramificações no restante do país e alhures. Esses “investidores da ilegalidade” controlam a logística, fornecem o maquinário utilizado na extração do ouro e são responsáveis pelo abastecimento das minas com combustível e alimentação. Os trabalhadores que operam esses equipamentos, por sua vez, são remunerados com uma pequena percentagem do metal encontrado e devem custear o seu transporte, tratamento de saúde e outras necessidades. O efeito socioeconômico desse arranjo é o surgimento de um grupo excepcionalmente rico, que abocanha a maior parte do rendimento da atividade, em detrimento de uma enorme massa de trabalhadores que se mantém pobre (...) (MACHADO et al., 2/2/2021).

Porém, muito antes do retorno do garimpo, o presidente Jair Bolsonaro mostrou enorme interesse em liquidar a TIY e, se possível, exterminar seus habitantes. Aliás, Bolsonaro jamais escondeu sua admiração por garimpeiros, pois seu pai foi um dos milhares de homens que se aventuraram em Serra Pelada, no Pará, na década de 1980 (MACHADO et al., 2/2/2021).



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

Conforme conta Lira Neto, em outubro de 1993, Bolsonaro, então deputado federal em primeiro mandato, apresentou à Câmara o projeto de decreto legislativo nº 365, pelo qual tentava tornar sem efeito o decreto assinado por Fernando Collor no ano anterior. No entanto, a proposta não foi levada à apreciação do plenário da Câmara, acabando por ser arquivada ao final da legislatura, em 1995 (LIRA NETO, 24/1/2023).

Mas Bolsonaro não desistiu: reeleito como o terceiro deputado federal mais votado do Brasil, em 1995 pediu o desarquivamento de seu projeto, que recebeu parecer favorável do relator, deputado Elton Rohne, que, na década de 1980, havia liderado a invasão das terras dos Yanomamis por parte de 40 mil garimpeiros. Bolsonaro ainda solicitou que o projeto tramitasse em regime de urgência, o que foi acatado pelo presidente da Casa. Levado a plenário, o pedido de urgência foi rejeitado e o projeto acabou por ser novamente arquivado (LIRA NETO, 24/1/2023).

Bolsonaro não se conformou e, ao ser eleito para o terceiro mandato, pediu novamente o desarquivamento do projeto, que mais uma vez arquivado. Em 2003, já no quarto mandato, Bolsonaro insistiu e não teve sucesso. Por fim, em 2007, o projeto foi definitivamente arquivado (LIRA NETO, 24/1/2023).

Contudo, mesmo passados tantos anos, a ideia não lhe saiu da cabeça. Eleito presidente da República, apresentou ao Congresso, em 2020, o projeto de lei nº 191, também assinado pelo Almirante Bento Albuquerque, ministro das Minas e Energia, e por Sérgio Moro, ministro da Justiça, pelo qual ficava autorizado o garimpo e atividades do agronegócio em terras indígenas (LIRA NETO, 24/1/2023).

Embora o projeto não tenha avançado no Parlamento, a fiscalização sobre atividades ilegais nas terras indígenas foi totalmente eliminada, e o garimpo, estimulado. Provas disso encontram-se nos dados sobre exportação de ouro extraído de Roraima: somente entre setembro/2018 e junho/2019 o estado enviou à Índia 194 kg de ouro, que foram extraídos, na maior parte, do território Yanomami (MACHADO et al., 2/2/2021). Por outro lado, diversos pedidos de ajuda enviados pelos indígenas foram solenemente ignorados pelas autoridades responsáveis por sua proteção. Somente entre abril e novembro de 2022, a FUNAI recebeu 36 alertas (cerca de cinco por mês) sobre as péssimas condições de sobrevivência do povo Yanomami, os quais foram enviados pelos próprios indígenas, por organizações internacionais e pelo Ministério Público



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

Federal (MPF). A ONU chegou a enviar um secretário de Direitos Humanos à região – Jan Jarab -, que colheu relatos com o objetivo de elaborar um documento a ser enviado à Defensoria Pública da União (DPU) e à FUNAI. Mas absolutamente nada foi feito (MORAES, 9/2/2023).

Na verdade, e como se viu, a grande preocupação de Bolsonaro era acabar com as reservas indígenas pelo Brasil, exterminando, se necessário, toda a população. Para isso, empenhou-se pessoalmente em conseguir a aprovação, no Supremo Tribunal Federal (STF), de um novo marco temporal das terras indígenas, que prevê que os descendentes dos povos originários só tenham direito à demarcação dos territórios já ocupados quando da promulgação da Constituição de 1988. Segundo declarou em junho de 2022, diante de uma plateia de empresários ruralistas, caso o novo marco temporal não seja aprovado, *“teremos também uma nova área do tamanho da região Sul, e uma possível região do tamanho do estado de São Paulo. Acabou a economia brasileira do agronegócio! Acabou nossa garantia alimentar, acabou o Brasil!”* (FORTES, 21/1/2023).

O resultado todos conhecem. No dia 21 de janeiro de 2023, em visita emergencial a Boa Vista, capital de Roraima, o presidente Lula, acompanhado de diversos ministros, pôde constatar o horror em que estava vivendo o povo das aldeias Yanomamis, a ponto de, nos últimos 4 anos, cerca de 570 crianças com menos de 5 anos terem morrido em decorrência de desnutrição ou de doenças tratáveis, como malária e verminoses. A estimativa é de que, atualmente, 6 de cada 10 crianças yanomamis estejam passando fome. Conforme declarou o presidente Lula,

Mais que uma crise humanitária, o que vi em Roraima foi um genocídio. Um crime premeditado contra os Yanomami, cometido por um governo insensível ao sofrimento do povo brasileiro. Adultos com peso de crianças, crianças morrendo por desnutrição, malária, diarreia e outras doenças. (...) Além do descaso e do abandono por parte do governo anterior, a principal causa do genocídio é a invasão de 20 mil garimpeiros ilegais, cuja presença foi incentivada pelo ex-presidente. Os garimpeiros envenenam os rios com mercúrio, causando destruição e morte (Apud MILLER, 22/1/2023).

Evidentemente, isso não ocorre por acaso. Como se viu, a tragédia foi, na verdade, resultado de um projeto de Bolsonaro que, ainda em abril de 2018, quando era apenas pré-candidato à presidência da República, declarou: *“Índio já tem terra demais,*



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

vamos tratá-los como seres humanos, tem índio tenente do Exército, presidente da Bolívia⁴, não quer viver em um zoológico (FORTES, 21/1/2023)”.

Não satisfeito, em 2020, no ápice da pandemia, e diante do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas, aprovado pelo Congresso Nacional, Bolsonaro vetou várias das medidas previstas, tais como: 1) obrigatoriedade de fornecer acesso a água potável; 2) distribuição gratuita de materiais de higiene, limpeza e desinfecção das aldeias; 3) ações para garantir oferta emergencial de leitos hospitalares e de terapia intensiva; 4) obrigatoriedade do governo federal em fornecer ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea; 5) verba emergencial do governo federal para a saúde indígena; 6) instalação de internet nas aldeias; 7) distribuição de cestas básicas; e 8) obrigatoriedade de facilitar acesso ao auxílio emergencial (FORTES, 22/1/2023).

Diante da catástrofe, representantes do novo governo decidiram decretar calamidade pública na Terra Indígena Yanomami. O Ministério da Saúde também decretou crise sanitária e humanitária na região. Ao concluir a visita, Lula declarou:

Já ouvi que no Brasil há muita terra para poucos indígenas, e que indígenas estão ocupando o território brasileiro. Mas essas pessoas esquecem que em 1500 os povos originários eram donos de todo o Brasil. Nós é que estamos ocupando o que pertence aos primeiros habitantes do país. Não haverá mais genocídios. Povos indígenas serão tratados com dignidade. A humanidade tem uma dívida histórica com os povos indígenas, que preservam o meio ambiente e ajudam a conter os efeitos das mudanças climáticas. Essa dívida será paga, em nome da sobrevivência do planeta (Apud MILLER, 22/1/2023).

Como se vê, estamos diante de uma tragédia humanitária, promovida deliberadamente por um governo chefiado por alguém que decidiu exterminar os indígenas do território brasileiro. E considerando ainda as 700 mil mortes por Covid-19, com a conseqüente desarticulação de famílias inteiras em virtude do desaparecimento do provedor, tem-se uma situação quase impensável em termos de dor, sofrimento e fome.

Considerações finais

⁴ Referência a Evo Morales, ex-presidente da Bolívia.



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

Diante do exposto, verifica-se que o país se encontra diante de uma urgência trágica: oferecer alimentação saudável e suficiente a 125 milhões de indivíduos e procurar salvar os indígenas do extermínio. E esta é a tarefa mais premente do novo governo, não apenas por questões humanitárias, mas também porque a fome tem também enorme potencial para provocar convulsão social, conforme advertência feita por Josué de Castro na década de 1940 (CASTRO, 1957, v. 1, p. 139-140). E é exatamente essa perspectiva que levou José Graziano da Silva, em entrevista à rede alemã *Deutsche Welle* (DW Brasil), e reproduzida pelo *Portal UOL*, a alertar para a necessidade de serem tomadas medidas urgentes, pois a fome chegou a uma “*situação explosiva*”, e atingiu um patamar que “*nunca se tinha visto*” (UOL NOTÍCIAS, 1/3/2022).

No entanto, José Graziano adverte que medidas emergenciais para enfrentar o problema não serão suficientes, tendo em vista que “*o mais importante no programa de erradicação da fome é geração de emprego e renda dentro de um processo de desenvolvimento econômico inclusivo, que distribua melhor a renda*” (UOL NOTÍCIAS, 1/3/2022).

Ademais, e como salientado pela FAO, no relatório apresentado em 2021 (FAO, 2021), é preciso também que se criem mecanismos para que os sistemas alimentares nacionais resistam a perturbações e a impactos negativos, como é o caso da pandemia de Covid-19, que em 2020 afetou a segurança alimentar de um contingente calculado entre 720 milhões e 811 milhões de pessoas em todo o mundo, isto é, 161 milhões a mais do que em 2019 (FAO, 2021, p. V).

Portanto, para que o Brasil possa combater a fome e atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, é necessário que sejam criados mecanismos de defesa de todo o sistema alimentar nacional, de forma a que este resista não apenas a eventos imprevisíveis (como é o caso da pandemia de Covid-19), mas também a crises econômicas e políticas que, em função de interesses os mais diversos, possam levar à rápida destruição de políticas e instrumentos voltados para a eliminação da pobreza e para a garantia de uma alimentação saudável e suficiente para toda a população.

Assim, é urgente que a sociedade brasileira reflita e se organize para enfrentar o desmonte do Estado brasileiro, a liquidação das políticas públicas, a



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

destruição da economia, o descalabro na condução da pandemia e a tentativa de extermínio de parte de sua população, para que consigamos construir um país mais desenvolvido e menos desigual.

Referências bibliográficas:

A conta chegou... para os pobres. O governo Temer abandona a política de valorização do salário mínimo. *Instituto Humanitas Unisinos*, 12/1/2017 (disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/563890-a-conta-chegou-para-os-pobres-o-governo-temer-abandona-a-politica-de-valorizacao-do-salario-minimo>>, acesso em 22/1/2023).

AGÊNCIA BRASIL. *IBGE: inflação oficial fecha 2021 com alta de 10,06%*, 11/1/2022 (disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticias/2022-01/IBGE-infacao-medida-pelo-ipca-fecha-2021-com-alta-de1006#:~:text=Publicado%20em2011%2F01%2F20...>, acesso em: 8/4/2022).

ALVARENGA, Darlan. IPCA: inflação acelera para 1,62% em março, maior para o mês em 28 anos. *G1 Economia*, 8/4/2022 (disponível em: <g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/08/ipca-inflacao-acelera-para-162percent-em-marco.ghtml>, acesso em: 8/4/2022).

ALVES, José Eustáquio Diniz. Índice de preço de alimentos bate recorde histórico em fevereiro de 2022. *EcoDebate*, 8/4/2022 (disponível em: <ecodebate.com.br/2022/03/07/indice-de-preco-dos-alimentos-bate-recorde-historico-em-fevereiro-de-2022/>, acesso em: 8/4/2022).

Aprovada em 2017, reforma trabalhista alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho. *Senado Notícias*, 2/5/2019 (disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>>, acesso em: 22/1/2023).

Após 18 anos, o governo faz o último pagamento do Bolsa Família nesta sexta-feira. *Carta*, 29/10/2021 (disponível em: <cartacapital.com.br/cartaexpressa/após-18-anos-governo-faz-o-ultimo-pagamento-do-bolsa-familia-nesta-sexta-feira/>, acesso em: 29/12/2021).

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Cotações e boletins*, 27/4/2022 (disponível em: <bcbr.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>, acesso em: 27/4/2022).

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; COMPARATO, Fábio Konder. Quem tem fome não pode esperar. *Piauí*, 10/12/2021 (disponível em: <piaui.folha.uol.com.br/quem-tem-fome-nao-pode-esperar/>, acesso em: 10/4/2022).

BRASIL. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *Brasil sai do mapa da fome das Nações Unidas, segundo FAO* (16/9/2014) (disponível em: <mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>, acesso em: 24/5/2021).

Calendário do auxílio emergencial: confira todos os pagamentos. *Istoé Dinheiro*, 27/11/2020 (disponível em: <istoedinheiro.com.br/ate-o-fim-de-2020-veja-aqui-todas-as-datas-do-auxilio-emergencial/>, acesso em: 27 maio 2021).



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

CAMPELLO, Tereza. É possível enfrentar e superar a fome. De novo. *Focus Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 19/7/2021, nº 19 (disponível em: <fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Focus17Jul2021.pdf>, acesso em: 20/7/2021).

CARDIM, Maria Eduarda; LIMA, Bernardo. Renda do brasileiro é a menor em 8 anos, aponta IBGE. *Correio Braziliense*, 20/11/2021 (disponível em: <correio braziliense.com.br/economia/2021/11/4964566-renda-do-brasileiro-e-a-menor-em-8-anos-aponta-ibge.html>, acesso em: 10/4/2022).

CARRANÇA, Thais. Minha aluna desmaiou de fome: professores denunciam crise urgente nas escolas brasileiras. *BBC News*, 17/11/2021 (disponível em: <bbc.com/portuguese/brasil-59215351.amp>, acesso em: 18/11/2021).

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957, 2 v.

Com Bolsonaro e Guedes à frente da economia, 33 milhões de brasileiros vivem com menos de um salário mínimo por mês. *Brasil 247*, 19/4/2022 (disponível em: <brasil247.com/economia/com-bolsonaro-e-guedes-a-frente-da-economia-33-milhoes-de-brasileiros-vivem-com-menos-de-um-salario-minimo-por-mes>, acesso em: 19/4/2022).

CONTAIFER, Juliana. As cicatrizes da fome. *Metrópolis*, 6 fev. 2022 (disponível em: <metropolis.com/materias-especiais/cicatrizes-da-fome-acidentes-com-alcool-liquido-crescem-com-crise-do-gas>, acesso em: 17/4/2022).

COSTA, Samuel. Inflação: preços de alimentos sobem 21,4% desde o início da pandemia. *Poder 360*, 31/10/2021 (disponível em: <poder360.com.br/economia/inflacao-precos-de-alimentos-sobem-214-desde-o-inicio-da-pandemia/>, acesso em: 28/11/2021).

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DIAS, Victor. Sob Bolsonaro, mais de 7 mil crianças morreram por desnutrição no Brasil. *Diário do Centro do Mundo*, 15/11/2021 (disponível em: <diariodocentrodomundo.com.br/sob-bolsonaro-7-mil-criancas-desnutricao/>, acesso em: 15 nov. 2021).

DIEESE. *Cesta básica de alimentos em São Paulo* (disponível em: <dieese.org.br/cesta/produto>, acesso em: 6/10/2021).

DOU. *Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021* (disponível em: <in.gov.br/em/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.039-de-18-de-marco-de-2021-309292254>, acesso em: 27/5/2021).

Esse é o Brasil de Bolsonaro: foto de açougue vendendo osso por R\$ 4,00 viraliza nas redes. *Diário do Centro do Mundo*, 6/10/2021 (disponível em: <diariodocentrodomundo.com.br/essencial/esse-e-o-brasil-de-bolsonaro-foto-de-acougue-vendendo-osso-por-r-400-viraliza-nas-redes>, acesso em: 7/10/2021).

FAO. *El estado de inseguridad alimentaria en el mundo (2014)* (disponível em: <fao.org/3/i4030/i4030s.pdf>, acesso em: 24/5/2021).

FAO. *El estado mundial de la agricultura y la alimentación (2021)* (disponível em: <fao.org/3/cb4476es/online/cb4476es.html>, acesso em: 14/4/2022).

FERRARI, Hamilton. Barril de petróleo supera US\$ 130. *Poder 360*, 8/3/2022 (disponível em: <poder360.com.br/Europa-em-guerra/barril-do-petroleo-supera-us-130/#:~:text=0%20barril%20tipo%20brent%20chegou,em%20US%24%2096%2C84>, acesso em: 10/4/2022).



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

Fim do Auxílio Emergencial deve deixar mais de 22 milhões sem benefício: entenda.

G1 Economia, 26/10/2021 (disponível em: <g1.globo.com/economia/auxilio-emergencial/noticia/2021/10/26-fim-do-auxilio-emergencial-deve-deixar-mais-de-22-milhoes-sem-beneficio-entenda.ghtml>, acesso em: 29/12/2021).

Fome avança no país e carcaça de peixe é vendida em mercado do Pará. *Brasil 247*, 6/10/2021 (disponível em: <brasil247/brasil/fome-avanca-no-pais-e-carcaca-de-peixe-e-vendida-em-mercado-do-para>, acesso em: 7/10/2021).

FORTES, Leandro. Em Roraima, Lula visita o holocausto yanomami deixado por Bolsonaro. *Diário do Centro do Mundo*, 21/1/2023 (disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/em-roraima-lula-visita-o-holocausto-yanomami-deixado-por-bolsonaro-por-leandro-fortes/>>, acesso em: 21/1/2023).

GALINDO, Eryka et. al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for Justice Working Paper Series*. Food for Justice Power: Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021, Working Paper 4 (disponível em: <lai.fu-berlin.de/pt/forschung/food-for-justice/publications1/Publikationsliste_Working-Paper-Series/Working-Paper-4/index.html>, acesso em: 27/5/2021).

GERCINA, Cristiane. Preço do gás chega a R\$ 150 e revendedores parcelam botijão em SP. *Folha de S. Paulo*, 13/3/2022 (disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/preco-medio-do-gas-chega-a-r-150-e-revendedores-parcelam-botijao-em-sp.shtml>, acesso em: 6/4/2022).

Graziano: fome no Brasil pode chegar a “situação explosiva”. *UOL Notícias*, 1/3/2022 (disponível em:

<noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/03/01/graziano-fome-no-brasil-pode-chegar-a-situacao-explosiva.htm>, acesso em: 10/4/2022).

IBGE. *INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Tabelas*, 3/2022 (disponível em: <ibge.gov.br/estatisticas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=resultados>, acesso em: 8/4/2022).

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua* (disponível em: <ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landin...>, acesso em: 24/5/2021).

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal* (disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>>, acesso em: 23/4/2022).

JAGER, Henrique. Os custos da política de preços da Petrobras para a sociedade. *Carta Capital*, 24/9/2021 (disponível em: <cartacapital.com.br/opiniao/os-custos-da-politica-de-precos-da-petrobras-para-a-sociedade/>, acesso em: 8/4/2022).

LIRA NETO, João. Como Bolsonaro planejou extinguir a reserva Yanomami. *Diário do Nordeste*, 24/1/2023 (disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/lira-neto/como-bolsonaro-planejou-extinguir-a-reserva-yanomami-1.3327056>>, acesso em: 6/2/2023).

MACHADO, Ana Maria et. al. Bolsonaro, a pandemia e a nova corrida pelo ouro na Terra Indígena Yanomami. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2/2/2021 (disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/68065055/Bolsonaro_a_pandemia_e_a_nova_co



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

rida_pelo_ouro_na_Terra_Indigena_Yanomami_27.01.2021-libre.pdf?1>, acesso em 8/2/2023).

MALAR, João Pedro. Renda média do brasileiro cai 1,1% no trimestre até janeiro; queda anual chega a 9,7%. *CNN Brasil*, 18/3/2022 (disponível em: <cnnbrasil.com.br/business/enda-media-do-brasileiro-cai-11-no-trimestre-ate-janeiro-queda-anual-chega-a-97/#:~:text=A%20divulgacao%20foi%20feita%20pelo%20>, acesso em: 10/4/2022).

MALUF, Renato Sérgio Jamil (Coord.). Projeto VIGISAN. *Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*, 2021 (disponível em: <pesquisassan.net.br/olheparaafome>, acesso em: 27/5/2021).

MARCEL, Renan. Ossos de boi, arroz e feijão quebrado formam cardápio de um Brasil que empobrece. *El País*, 25/7/2021 (disponível em: <Brasil.elpais.com.br/Brasil/2021-07-25/arroz-quebrado-bandinha-de-feijao-e-ossos-de-boi-vao-para-o-prato-de-um-brasil-que-empobrece.html>, acesso em: 3/8/2021).

MILLER, Fernando. Lula: um crime premeditado contra os Yanomami, cometido por um governo insensível. *Diário do Centro do Mundo*, 22/1/2023 (disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/lula-um-crime-premeditado-contra-os-yanomami-cometido-por-um-governo-insensivel/>>, acesso em: 22/1/2023).

MORAES, Kaique. Governo Bolsonaro recebeu 5 alertas por mês sobre a crise Yanomami em 2022. *Diário do Cento do Mundo*, 9/2/2023 (disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/governo-bolsonaro-recebeu-5-alertas-por-mes-sobre-crise-yanomami-em-2022/>>, acesso em: 9/2/2023).

MOREIRA, Assis. Brasil amplia liderança no ranking mundial de superávits agrícolas. *Valor*, 29/11/2020 (disponível em: <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/11/29/brasil-amplia-lideranca-no-ranking-mundial-de-superavits-agricolas.ghtml>>, acesso em: 15/8/2021).

NETO, Solon. Crise Yanomami reforça denúncias contra Bolsonaro no Tribunal de Haia, diz especialista. *Sputnik Brasil*, 2/2/2023 (disponível em: <sputniknewsbrasil.com.br/20230131/crise-yanomami-reforca-denuncias-contrabolsonaro-no-tribunal-de-haia-diz-especialista-27310052.html>, acesso em: 8/2/2023).

OMC. *World Trade Statistical Review* (2021) (disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2021_e/wts2021_e.pdf> , acesso em: 15/8/2021).

ONU News, 5/10/2015 (disponível em: <news.un.org/PT/audio/2015/10/1149521>, acesso em: 27/5/2021).

Passar fome no Brasil é uma grande mentira, diz Bolsonaro. *O Globo*, 19/7/2019 (disponível em: <oglobo.globo.com/Brasil/passar-fome-no-brasil-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro-23818496>, acesso em: 23/7/2021).

Pobreza extrema afeta 13,7 milhões de brasileiros, diz IBGE. *Folha de S. Paulo*, 12/11/2020 (disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/pobreza-extrema-afeta-137-milhoes-brasileiros-diz-ibge.shtml#:~:text=De%20acordo%20com%20IBGE.a%20met...>, acesso em: 26/5/2021).

População brasileira pode ser menor que o estimado, aponta prévia do Censo. *Valor Investe*, 28/12/2022 – disponível em: <valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/12/28/populacao-brasileira-pode-ser-menor-que-o-estimado-aponta-previa-do-censo.ghtml>, acesso em 22/1/2023



Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

PORTAL DO GOVERNO BRASILEIRO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. *Sobre o PNAE: o que é?* (disponível em: <fnde.gov.br/programas/pnae>, acesso em: 30/12/2021).

Preço mundial dos alimentos atinge máxima dos últimos 10 anos, diz FAO. *CNN Brasil*, 4/11/2021 (disponível em: <cnnbrasil.com.br/business/preco-mundial-de-alimentos-atinge-maxima-dos-ultimos-10-anos/>, acesso em: 28/11/2021).

Promulgada emenda constitucional do teto de gastos públicos. *Senado Notícias*, 15/12/2016 (disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>, acesso em: 22/1/2023).

RUPP, Isadora. Como o garimpo foi expulso da terra Yanomami em 1992. *Nexo*, 24/1/2023 (disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/01/24/Como-o-garimpo-foi-expulso-da-terra-Yanomami-em-1992>>, acesso em: 7/2/2023).

Salário mínimo: veja histórico dos últimos reajustes. *G1 Economia*, 31/12/2021 (disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/31/salario-minimo-veja-historico-dos-ultimos-reajustes.ghtml>>, acesso em: 27/4/2022).

TAVARES, Camilo. *Histórias da fome no Brasil*. MPC Filmes/Instituto Cultura em Movimento, 2017 (Documentário) (disponível em: <youtube.com/watch?v=k-dnlpn1erQ>, acesso em: 11/4/2022).

VIEIRA, Ezequiel. Desemprego: Brasil tem 12 milhões de pessoas em busca de trabalho, diz IBGE. *Diário do Centro do Mundo*, 29/4/2022 (disponível em: <diariodocentrodomundo.com.br/desemprego-brasil-tem-12-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho-diz-ibge/>, acesso em 29/4/2022).

VIEIRA, Ezequiel. Prévia da inflação é a maior para abril em 27 anos, aponta IBGE. *Diário do Centro do Mundo*, 27/4/2022 (disponível em: <diariodocentrodomundo.com.br/previa-da-inflacao-e-a-maior-para-abril-em-27-anos-aponta-ibge/>, acesso em: 27/4/2022).